

Dessintonias da economia gaúcha*

Cláudio F. Accurso**

Economista, Professor da UFRGS aposentado

Resumo

Há fatores locais que, em determinadas circunstâncias, predominam sobre os que colocam a economia gaúcha ou setores dela sob os impulsos positivos do sistema ao qual estão atrelados. São necessárias ações específicas, para evitar seus prejuízos.

Palavras-chave: desenvolvimento; dessintonias; políticas específicas.

Abstract

There are local factors that in its peculiar circumstances, prevail over that which put the Gaúcha economy or its sectors under positive propulsion from the systems where they are linked. It is necessary specific actions to avoid its damages.

Key words: development; non syntonization; specific policies.

Introdução

O ano de 2007 foi marcado, no Rio Grande do Sul, por dois sentimentos contraditórios: um relativo à crise do Governo Estadual, com sua iliquidez mórbida, justamente no momento em que se instalava uma nova administração; outro, ao contrário, de grande alegria, pela vigorosa expansão da economia gaúcha após um ano de forte retração, seguido de outro de tibia recuperação. O primeiro diz respeito a um setor que, embora essencial na vida da comunidade, pesa menos na sorte da cidadania, pois a economia, em seu conjunto, além de abarcar

todos, estabelece, por suas interdependências estruturais, os condicionantes dinâmicos de seus componentes. Com toda a certeza, o desenvolvimento da economia sul-rio-grandense coloca-se na base do movimento geral do sistema que a todos atrela, restringindo bastante os vãos autônomos de cada uma de suas partes.

As conjunturas positivas ou negativas dão as perspectivas para o conjunto, o que faz com que haja surpresa quando algum componente desse mesmo conjunto apresente quadro contrário. Uma tal situação surpreende tanto quando se trata de um setor, como quando retrata um espaço econômico integrante de um sistema maior que com ele interage em suas manifestações e influências recíprocas. Se, em 2007, foi o setor público estadual que surpreendeu em relação à economia do Estado, há dois anos, era essa própria economia que contrariava uma expectativa favorável, desenhada pelo comportamento da economia nacional. Essas dessimetrias não se põem em relevo por diferenças quantitativas, mas

* Pronunciamento feito no Quarto Encontro de Economia Gaúcha — FEE/PUCRS, em Porto Alegre, em 29 de maio de 2008. Artigo recebido em 16 jun. 2008.

** E-mail: franclau@terra.com.br

pelos sinais contrários de suas direções, o que faz pensar em composições qualitativas diferenciadas, com poder de, em determinadas circunstâncias, fazerem prevalecer suas distinções. Essas distinções de natureza qualitativa não explicam as diferenças de velocidade entre o todo e uma de suas partes, porque ainda são dotações diferenciadas de mesmos elementos que produzem suas intensidades. Outra é a questão, quando se desencontram os sinais de suas dinâmicas, manifestando autonomias ocultas em suas interdependências. É preciso aprofundar estudos sobre essas relações, para que intervenções objetivas assegurem, primeiro, trajetórias desejadas e, segundo, garantias quanto a incertezas de todas as formas desconfortáveis.

Inicia-se pela economia gaúcha em sua inserção na economia brasileira, com uma participação de 8%, subordinada ao mesmo regramento de política econômica e ainda contando com uma estrutura produtiva complexa e com produtividade equiparável, da qual se esperaria *performance* similar à do sistema, pelo menos quanto ao sentido direcional. Não obstante, seu comportamento apresenta, de vez em quando, disparidades que sinalizam peculiaridades locais com força suficiente para impor sua prevalência. Se a economia gaúcha acompanha as tendências da economia brasileira, apresenta, ao mesmo tempo, características próprias, que marcam sua individualidade e a diferenciam do sistema a que pertence.

Se, por um lado, se tem uma economia nacional, produto dos variados aportes regionais, mas, ao mesmo tempo, condicionando seus comportamentos pelas diretrizes de política econômica comuns e pelas interdependências permitidas entre suas partes pela fronteira nacional protetora, observam-se, concomitantemente, os diversos níveis de acumulação territoriais e de composição setorial que marcam suas produtividades e seus desenvolvimentos. Essas diferenças de produtividade e de composição setorial respondem pela diversidade de situações e de resultados dentro de um todo, porém com capacidades individuais diferentes de absorverem os estímulos gerais de crescimento.

Não se pode deixar de lado, também, a disponibilidade de recursos naturais de cada unidade da Federação, seus graus de ocupação e outros atributos da natureza que lhe propiciam condições de maior ou menor facilidade de exploração e de correspondência às demandas existentes. Especialmente quando esses recursos ainda constituem o suporte maior da atividade econômica, assumem papel decisivo no desempenho de cada uma.

As diferenças de cada unidade territorial podem, por essas razões, provocar intensidades distintas em seu crescimento, pois, mesmo admitindo-se estímulos iguais para todos, suas ofertas reais e potenciais não se equivalem. Não se deve subestimar, outrossim, o capital humano de cada espaço, seus ambientes culturais e seu quadro institucional de feição particular, pelo que representam no somatório de fatores responsáveis pelos desenvolvimentos respectivos.

Nessa diversidade de situações, há de se esperar grande heterogeneidade de desempenhos. Porém, por estarem submetidos aos mesmos estímulos e aos mesmos regramentos de política, só condicionamentos locais podem contrariar os rumos cumpridos pela economia nacional. Acompanhar a tendência do País parece natural, porém contrariá-la demonstra a possibilidade de serem mais fortes certos fatores locais do que os movidos pelo conjunto da economia. Conjunturas locais adversas num todo, em mau momento, são perfeitamente admissíveis, porém, quando elas se manifestam dentro de um quadro geral favorável, reclamam correções adequadas às especificidades imperantes.

O mesmo pode ser dito quanto à sorte de um setor numa determinada estrutura produtiva, como é o caso da área pública estadual no ano de 2007. Essa discrepância também chama atenção, pelo fato de que, numa estrutura, suas partes têm influência recíproca, pois tanto recebem incentivos dinâmicos das demais, como os transmitem sob as formas específicas de cada componente. No caso sul-rio-grandense, aparentemente, os encadeamentos dinâmicos não se fizeram sobre o Estado, fato que tampouco teve repercussão negativa em seus efeitos propagadores. Quando se fala tanto no papel do Estado — no caso, o ente federado — no desenvolvimento, cabe mais do que uma interrogação sobre o episódio, porque, de fato, não deixa de ser preocupante o observado. Os contrastes entre crise e prosperidade, ou regressões e expansões, superpostos no tempo, inibem generalizações tão cômodas para quem tem que analisar a realidade e formular juízos sobre suas perspectivas; mas abrem também espaço para as contestações dos subentendidos e das suposições sem teste, que tanto ilustram proposições pretensiosas. Os alinhamentos que se esperam entre o desenvolvimento do todo e o das partes que o integram, assim como o de um componente estrutural em relação à sua unidade funcional, quando não verificados, criam, no mínimo, o desconforto da imposição de “políticas” em lugar de “política”, pelo desencontro dos planos em que as coincidências não se logram. Essas não-coincidências deixam

vazios que só podem ser ocupados por enunciados próprios, específicos, particulares às carências a serem supridas.

Mesmo sem planejamento nenhum, como é o caso do Brasil, o exercício de políticas é uma obrigação a ser cumprida em todos os planos de governo, sendo de absoluta irresponsabilidade a idéia de que, quanto menos Estado e quanto menos política, melhor para todos, tanto ao sabor do neoliberalismo em moda. Os contrastes assinalados, no Rio Grande do Sul, em 2007 são apenas um exemplo dos infinitos casos em que as generalizações têm efeito limitado, porque não atingem questões que se desenvolvem em planos não alcançáveis por seus instrumentos, ou que, pela natureza delas, fogem das atribuições qualitativas que lhes são inerentes.

Ainda sobre as descontinuidades, cabe uma palavra quanto à sua não-propagação ou à sua não-perenização, por seu caráter aleatório. O cumprimento de funções por um setor, quando desatendido, pode passar despercebido apenas pelos métodos de sua aferição, sobretudo com o emprego de grandes agregados estatísticos. O desatendimento pode ser de natureza qualitativa ou quantitativa, quando, então, seus efeitos podem tomar a feição de ausência de qualidade ou de carência de complementação, ambas com repercussões negativas sobre suas demandas e os produtos destas. O fluxo decorrente de suas ofertas afetadas torna-se menos dinâmico e inevitavelmente com maior custo, o que pode passar sem registro formal, porque não é medido socialmente, mesmo quando sentido por seus consumidores. Só atinge visibilidade quando chega aos impedimentos absolutos, já com características de pontos de estrangulamento. É quando geralmente causa alarme.

Quanto à não-perenização de certas descontinuidades, mas que, não obstante, retornam com alguma frequência, os danos não são menores e podem atingir a sorte de todos de forma contundente, como é o caso de taxas decrescentes ou negativas de crescimento. O que se viu, no Rio Grande do Sul, nos anos de 2005 e 2006 é a própria totalidade atingida, com menor renda, menor emprego, menor atividade comercial interna e externa e considerável acúmulo de problemas sociais. Essas descontinuidades significam a subtração de anos de história da comunidade e de sua trajetória ascendente. Espanta, sobretudo, pela ausência de intervenções específicas sobre algumas variáveis, que, uma vez reequilibradas, dariam normalidade ao todo.

Feitas essas ponderações sobre o assunto — procedentes, em virtude, primeiro, de sua ocorrência prejudicial no Rio Grande do Sul e, segundo, de sua necessá-

ria correção por intervenções de políticas adequadas —, cabe precisarem-se suas incidências, recorrendo às suas conformações empíricas, para melhor caracterizar a natureza de cada uma.

1 A questão regional: 1995 e 2005¹

O desenvolvimento do Rio Grande do Sul nos últimos 13 anos põe a descoberto dessintonias com a economia brasileira de apreciáveis conseqüências, que terminam sendo assimiladas pelas subseqüentes *performances* positivas, como se seus danos tivessem menores significados e, por isso, ocorrência perfeitamente suportável. Maior atenção sobre os fatores dessas dessintonias livraria o Estado de perdas que, em seu somatório, pesam muito não só em sua expressão absoluta como no ritmo de crescimento, seriamente atingido pelas mesmas (Tabela 1).

Tabela 1

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1994-07

(%)

ANOS	RS	BR
1994	5,2	5,9
1995	-5,0	4,2
1996	0,5	2,7
1997	6,1	3,3
1998	- 0,5	0,1
1999	3,0	0,8
2000	4,4	4,4
2001	3,1	1,3
2002	1,1	1,9
2003	4,8	0,5
2004	3,4	4,9
2005	- 5,2	2,6
2006	2,7	...
2007	7,0	...

FONTE: SCHETTERT, Maria Conceição. O desempenho da economia gaúcha em 2008. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 10, 2007.

¹ Este texto foi estruturado, inicialmente, sobre as análises dos técnicos da FEE, que anualmente fazem a apresentação do comportamento da economia gaúcha, devidamente singularizados nas citações realizadas. Com as considerações relativas às estruturas de demanda, extraídas da **Matriz de Insumo do Produto do Rio Grande do Sul — 2003** (MIP) (Porsse, 2007), foi possível ampliar as observações iniciais, de modo que, ao final, as conclusões já não guardam as mesmas afinidades.

Os anos de 1995 e 2005 assinalam claramente sinais contrários aos da economia nacional, em que prevalecem fatores locais adversos sobre os determinantes de avanços do sistema como um todo. Talvez, pudesse-se afirmar que o ano de 2005 não é igual ao de 1995, porque aquele parece marcar para ambos os sistemas uma forte desaceleração de ritmo, ainda que, para o País, tenha prevalecido uma taxa positiva. Contudo uma taxa positiva revela a influência de fatores que se somaram, enquanto, no RS, a taxa negativa de grande robustez reflete a pouca influência dos mesmos e, ao mesmo tempo, o império de outros, cuja emergência foi definitiva na imposição de seus atributos.

A taxa média de crescimento do RS nesse período foi de 1,8%, enquanto, só se computando os anos de taxas positivas, sobe para 3,4%, isto é, quase o dobro. Suas perdas somam aproximadamente US\$ 6 bilhões, que, comparados aos US\$ 80 bilhões do PIB de agora, equivalem a 7,5%. Isso representa quatro anos de crescimento, o que significa que, em 13 anos de observação, quatro foram perdidos por essas dessintonias.

É necessário precisar as incidências causadoras dessas desarmonias para a formulação de estratégias de correção, mesmo porque, em se tratando de questão com especificidades locais, não há motivo para se apelar para políticas gerais, pois não teriam efeito. Os fatores dessas discontinuidades são sempre particulares e individuais, o que pode ficar obscurecido pela retumbância generalizada de suas repercussões. Quando se diz que a economia gaúcha contrariou a *performance* da economia nacional, está-se falando de algumas variáveis com poder suficiente para tanto, mas que não aparecem nas generalizações empregadas. Se não se localiza a origem precisa do fenômeno, fica-se sem poder intervir, isto é, sem poder mudar o quadro.

Isso é óbvio e sabido, só que nem sempre é posto em prática, por uma baixa consciência social, para a qual concorrem um conhecimento nem sempre suficiente sobre o problema, os descompromissos políticos a seu respeito e, às vezes, o inadequado instrumental disponível. Essa individualização das causas se torna freqüentemente mais difícil, quando se trata de um setor como o público, em que os interesses que nele gravitam se beneficiam do *status quo*. Nesses casos, as políticas de linhas gerais, abrangentes, podem ser apenas um expediente ideológico para não mudar causações de conveniências estabelecidas. Certas “políticas ineficazes” são estratégicas para a sustentação do *establishment*.

A falta de políticas em níveis administrativos distintos, que, em última análise, responde por esses desa-

linhos e pelas particularidades dos mesmos, mostra também a baixa consciência social sobre as suas consequências, pela não-atuação sobre as variáveis diretamente responsáveis por eles. Como os segmentos regionais ou setoriais passíveis desses desalinhamentos têm função econômica e social importantes, não se pode tomá-los como fato menor por serem passageiros e aleatórios ou circunscritos. Sempre há prejuízos nessas discontinuidades.

Ano de 1995

Nesse ano, taxa do PIB gaúcho foi de -5,0%, e a do brasileiro, de 4,2%. A retificação da taxa inicialmente estimada em -0,2 para -5,0 é verdadeiramente surpreendente, quando comparada com a taxa nacional de 4,2. Aqui, aparecem claramente a quebra de vínculo com a economia do País e a prevalência de fatores locais sobre o comportamento estadual.

Esse desencontro tem origem na indústria, pois, frente a uma taxa de 2,0% para o Brasil, o Rio Grande do Sul apresentou -8,0% , sendo que a indústria de transformação acusou -9,2%. Seu efeito não foi maior — com seu peso relativo de 31% na estrutura produtiva do Estado —, porque todos os demais componentes acusaram, com exceção dos transportes, taxas positivas.

É interessante que o setor agropecuário, sempre mais exposto a romper tendências em razão do clima, acusou uma taxa alta, mesmo que alguns de seus componentes, como trigo, cebola, banana, laranja e maçã, tivessem taxas negativas. Seus produtos de maior peso e poder propagador, como arroz, soja e milho, apresentaram taxas excelentes, assegurando ao setor um ano muito favorável. Os produtos da lavoura que registraram taxas negativas representavam 23,8% de sua produção, enquanto todos os demais obtiveram taxas positivas. Na produção animal, por sua vez, os bovinos, com -9,3% e com um peso de 22%, não chegaram a comprometer o subsetor, que registrou a alta taxa de 9,8%. Embora o “abate de animais” possuísse o segundo maior multiplicador de impacto na produção global, o comportamento dos demais componentes atenuaram seu efeito.

A indústria de transformação, ao contrário, apresentou 10 gêneros com taxas negativas, abarcando 57,5% do total da produção, o que se traduziu em uma *performance* inteiramente insatisfatória. Os gêneros estão apresentados na Tabela 2.

Dos 10 gêneros com taxas negativas no Rio Grande do Sul, sete acusam decréscimos no País, com a diferença, ainda, de que os gêneros locais perfazem 57,5% do total da indústria de transformação e, no Brasil, os sete gêneros atingem apenas 26,5%. O Brasil, ao final, contou com nove gêneros negativos, abarcando 41,7% do conjunto, portanto, um peso relativo menor em sua estrutura.

A indústria de transformação gaúcha apresentou a taxa de -9,2%, e a brasileira, a de 1,7%. O que ocasionou tal diferença? A primeira hipótese é a de que as distintas estruturas responderiam por taxas diferentes na totalização do setor. Tomando-se as taxas do RS aos pesos relativos do Brasil, o total seria -0,20% de crescimento. Essas mesmas taxas com os pesos do RS resultariam numa taxa negativa de -9,2%, o que mostra que os pesos estruturais marcam a diferença. Essas diferenças estruturais não explicam, porém, as taxas de cada gênero, o que pode estar relacionado com fatores locais.

No Brasil, apenas o gênero de couro e peles apresentou taxa inferior à do Estado, o que explica o fato de a taxa do setor, no Rio Grande do Sul, ser 6,4 vezes mais negativa do que a do País. Torna-se, por isso, necessária uma perquirição mínima sobre cada gênero, para pôr mais luz no seu comportamento. Antes, porém, desse exame mais particularizado, caberia uma análise sobre as variáveis macroeconômicas norteadoras do movimento geral.

Um primeiro apelo seria feito às variáveis com graus de autonomia em relação à renda local, porque, evidentemente, seu comportamento poderia imprimir rumos menos ortodoxos aos demais componentes da economia. A primeira delas seria a relacionada com as exportações. As exportações para os mercados externos, cerca de 12% do PIB, tiveram um crescimento de 3,1%, enquanto o País registrou 6,8%. Embora reduzida, ainda foi uma taxa positiva, considerando-se que, dos grandes grupos de produtos que compõem a pauta gaúcha, só dois, o complexo dos sapatos e a soja, apresentaram taxas negativas (Tabela 3).

O item Outros é formado por produtos que pesam até 1% na pauta, não integrantes dos itens anteriores, e seu significativo peso de 8,1% estava acompanhado da alta taxa média de 15,7%. Por serem constituídos de bens menos tradicionais, talvez estejam espelhando uma renovação de pauta, refletindo câmbios na estrutura da economia. Aliás, os restantes 38,9% da pauta com igual característica cresceram 4,6%, reforçando a idéia de renovação. Embora reduzida, ainda foi

uma taxa positiva, portanto, pouco comprometida com a regressão observada.

Não obstante, a agropecuária, mesmo com uma taxa positiva de 6,4%, apresentou uma forte queda em sua renda, face à redução de preços provocada pela supersafra, pela valorização cambial e pela ampliação da oferta agrícola via importação, com inevitáveis repercussões no conjunto da economia. Uma repercussão a montante foi a menor compra de insumos e bens de capital, onde se destaca a indústria mecânica, com taxa de -40,6%, influenciada pela produção de equipamentos; a jusante, foi o retraimento da demanda de um setor que representa 16% do PIB.

Outrossim, a queda na renda agrícola bloqueou, em grande medida, o efeito multiplicador das exportações, que têm na agropecuária uma forte participação. Por outro lado, o menor nível de investimento pelo mesmo motivo foi agravado pela redução em 27,1% do investimento público em relação a 1994 (Meneghetti Neto, 1996, p. 83), traduzindo o comprometimento não só de um componente de demanda de significado como de seus efeitos indiretos e propagadores, especialmente os relacionados a inovações.

As exportações para os mercados nacionais — cerca de 33% do PIB — não devem ter sofrido menor demanda dentro de uma economia que se expandiu em 4,2%. Desse modo, o acentuado recuo da economia em 1995, sem origem relevante na agropecuária, como tem sido em sua história, mas com surpreendente centralidade em sua indústria, é algo que, no mínimo, surpreende.

Tabela 2

Regressão de gêneros industriais no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1995-07

(%)

GÊNEROS	PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	TAXAS DE CRESCIMENTO	
		RS	BR
Minerais não-metálicos	2,1	-15,3	4,1
Metalúrgica	8,4	-10,7	-1,8
Mecânica	24,4	-40,6	-4,6
Madeira	1,4	-14,8	-3,4
Couros e peles	2,3	-14,2	-16,7
Perfumaria	0,4	-7,2	18,1
Têxtil	2,2	-12,7	-5,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8,5	-9,6	-7,2
Bebidas	3,2	-1,1	17,2
Fumo	4,6	-13,8	-5,1
Indústria de transformação	57,5	-9,2	1,7

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 1996.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Tabela 4.70.

Tabela 3

Estrutura e taxas de crescimento das exportações internacionais do Rio Grande do Sul — 1995

(%)

GRUPOS DE PRODUTOS	ESTRUTURA	TAXAS DE CRESCIMENTO	COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO
Sapatos	20,8	-4,9	-1,0
Fumo	12,3	7,2	0,9
Couros	1,6	23,0	0,4
Soja	18,3	-1,9	-0,3
Outros	8,1	15,7	1,3
Subtotal	61,1	1,3	1,3
TOTAL	100,0	3,1	-

FONTE: BELLO, Teresinha da Silva. O relacionamento do RS com o exterior. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.2 4, n. 1, tab. 5, 1996.

Análise dos gêneros²

Discorrer sobre as incidências mais gerais em cada gênero deve ajudar na identificação de sua *performance* negativa, especialmente pelo apreciável distanciamento apresentado em relação à indústria nacional.

Na revista **Indicadores Econômicos FEE** (FEE, 1996a, p. 18), assinala-se que os gêneros vestuário e calçados, couros e peles e fumo parecem atingidos pela política cambial, cujo ajuste sacrificou os que estavam voltados para o mercado externo. A hipótese é bastante razoável, tendo em vista que, também em nível nacional, foi observada a mesma queda. É necessário, contudo, esclarecerem-se particularidades, para que se possa saber, afinal, que elementos locais respondem por certas divergências.

Fumo

No Brasil, seu decréscimo foi de 5,1% e no Rio Grande do Sul, de 13,8%. Na composição do produto e da produção, tem-se a distribuição apresentada na Tabela 4.

Na verdade, trata-se de uma atividade fortemente ligada aos mercados externos, pois mais da metade de sua demanda é originária deles. Por isso, aqui começam as dificuldades para se entender seu desempenho, pois as exportações para esses mercados cresceram 7,2% (Bello, 1996, p. 131), quando somados todos os seus produtos. Só o fumo Virgínia — 74% de seu grupo — cresceu 9,3%, garantindo, por si só, um crescimento do gênero de 3,9%. As exportações para os mercados nacionais, que tiveram uma renda *per capita* aumentada em 2,6%, com o fumo apresentando uma elasticidade-renda de 0,82 (1987-95), revelaram uma demanda de 2,1% a mais, o que se refletiu na demanda final de 0,6%. Esses dois itens somaram 4,5% positivos. Os itens negativos poderiam ser atribuídos a uma queda de 2,8%, na oferta agrícola, comprometendo insumos e seu correspondente produto, e ao consumo das famílias (CF) —

mercado interno gaúcho —, em face da menor renda *per capita* de 6%, o que, ponderando pela mesma elasticidade e pelo peso na composição do produto, daria uma menor demanda, de 0,8%. Ter-se-ia, assim, um efeito negativo de 3,6%, que, confrontados com os 4,5% positivos, assegurariam um crescimento de 0,9% em lugar dos -13,8% assinalados. A queda na oferta primária, sacrificando a oferta de insumos, talvez não tivesse maior consequência por ser de pouco porte, por haver a possibilidade de uma fonte alternativa e de estoques, além de, em muitos anos, ter-se observado frágil correspondência entre ambos. Embora a indústria nacional tenha recuado 5,1%, vários estados, como Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, apresentaram taxas positivas no ano (FEE, 1996a, p. 20).

O exame praticado sobre as variáveis que respondem majoritariamente pelo comportamento do setor não acusa causa aparente para a queda de 13,8%, dado que provavelmente foi originado no uso de algum deflator contemplando preços maiores do que os pertinentes ao gênero.

² Ao longo deste texto, serão utilizadas as seguintes notações em referência às categorias macroeconômicas empregadas: CI = consumo intermediário; XI = exportações internacionais; XE = exportações estaduais; XT = exportações totais; CF = consumo das famílias; FBKF = formação bruta de capital fixo; VE = variação de estoques; DF = demanda final; DT = demanda total; CC = construção civil. As relações percentuais na composição do produto e da produção estão baseadas na **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003** (Porsse, 2007, p. 63-71).

Tabela 4
Estrutura percentual da demanda de fumo no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGOS	RAMOS	CI	XI	XE	CF	VE	DF	DT
0106	Fumo em folha							
	Demanda total	89,1	2,5	7,5	-	0,9	10,9	100,0
	Demanda final	-	22,9	68,8	-	8,3	100,0	-
2701	Produtos do fumo							
	Demanda total	11,2	48,8	24,7	14,4	0,9	88,8	100,0
	Demanda final	-	55,0	27,8	16,2	1,0	100,0	-
	Total							
	Demanda total	31,0	37,0	20,0	11,0	0,1	69,0	100,0
	Demanda final	-	54,0	29,0	16,0	-	100,0	-

FONTE: PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Vestuário, calçados e artefatos de tecidos

A estrutura do gênero pode ser vista na Tabela 5. Os dois sub-ramos têm em comum o fato de só produzirem bens finais, pois a produção para insumos é inexpressiva (1%). Em compensação, suas diferenças são significativas: artigos de vestuário é todo voltado para os mercados internos, sendo que o mercado estadual absorvem 45,5% da sua produção; o sub-ramo produtos de couro e calçados dirige a metade de sua produção para os mercados externos, sendo que o mercado estadual representa apenas 10%. Esse sub-ramo tem 87,2% da demanda final (DF) do gênero, evidenciando dependerem de sua *performance* os resultados do mesmo.

As exportações internacionais (XI) caíram 4,9% nos couros e sapatos (Bello, 1996, p. 131), o que, ponderado pelos 43,3% na estrutura da demanda, daria um impacto de -2,1 no gênero. Admitindo a mesma elasticidade-renda (0,82) para os dois sub-ramos, o crescimento da renda *per capita* de 2,6% e ainda o peso de 40,6% para os mercados nacionais, resultariam em um impacto positivo de 0,9%. Como o mercado estadual teve sua renda *per capita* diminuída em 6,0% e como ele representa 15,1% da demanda, afetaria em -0,7% a demanda do gênero, decorrendo desses comportamentos uma taxa negativa de 1,7%. Para que a demanda tenha caído 9,6%, foi necessário que os componentes exportações estatuais (XE) e CF tenham decrescido 13,3%, o que põe à mostra o efetivo resultado da forte política contracionista imposta pelo Governo, além da abertura comercial procedida. A taxa brasileira de -7,2% é bastante indicativa, e a taxa mais alta do Estado, de -9,6%, não representa

exceção, ainda mais considerando a forte redução da sua renda *per capita*.

É relevante pôr atenção no fato de que esse gênero, no período 1987-95, vinha decrescendo a uma taxa média anual de 5,8% no Brasil e de 3,5% no Rio Grande do Sul, o que pode estar ligado à sua falta de modernidade, não resolvida com o aumento da competitividade decorrente da abertura comercial (Calandro, 1996, p. 49).

Assim, um componente conjuntural de política econômica e outro estrutural, relacionado a uma função de produção e a custos de fatores fora de competição, são os responsáveis pela *performance* negativa do gênero.

Tabela 5
Estrutura percentual da demanda de vestuário, calçados e artefatos de tecidos no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGOS	RAMOS	CI	XI	XE	CF	VE	DF	DT	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO GRUPO
2301	Artigos do vestuário								
	Demanda total	7,6	1,0	45,5	45,5	0,3	92,4	100,0	13,7
	Demanda final	-	1,1	49,2	49,2	3,4	100,0	-	-
2401	Produtos de couro e calçados								
	Demanda total	-	49,5	39,4	10,0	1,1	100,0	100,0	86,3
	Total								
	Demanda total	1,0	42,8	40,2	14,9	1,1	99,0	100,0	100,0
	Demanda final	-	43,3	40,6	15,1	1,0	100,0	-	-

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Couros e peles

No ano de 2003, ao qual se refere a matriz de insumo-produto que se está usando, o gênero couros e peles não apresentou exportações para o exterior. Em 1995, contudo, houve uma exportação de US\$ 83,9 milhões (Bello, 1996, p. 131), o equivalente a aproximadamente 20,6% da produção. Nesses termos, a composição da produção seria mais ou menos como se apresenta na Tabela 6, tendo em vista que a maior parte de sua demanda é de venda de insumos.

Suas exportações cresceram 23%, escapando das restrições impostas pela política econômica, o que lhe garantiu desde logo, uma taxa positiva. Foi sobretudo sua produção para insumos que lhe afetou a vantagem. Deve ser considerado, também, que a oferta primária de couros bovinos caiu 9,3%, o que deve ter afetado a produção industrial.

De sua produção para insumos, 97,6% são destinados aos calçados, cuja produção foi negativa em 9,6%. Nessa queda, as exportações internacionais caíram 4,9%, representando 40,6% de sua demanda total (DT). O consumo intermediário (CI) apresentou uma taxa de -19,0%, e os demais componentes, de -13,3%.

Desses comportamentos, resultam os dados da Tabela 7.

A queda ocorrida na oferta primária talvez responda pela diferença entre os -14,2% de seu resultado final e a soma das parcelas estimadas acima.

O que parece claro é que o efeito da política responde diretamente por cerca de 70% do resultado negativo no Rio Grande do Sul. A taxa nacional (-16,7%), pode estar indicando uma consequência total. Porém não dá para ignorar a queda da bovinocultura.

Tabela 6
Estrutura percentual da demanda de couros e peles no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	CI	XI	XE	DF	DT
0201	Couros e peles de bovinos e suínos	72,4	20,6	7,0	27,6	100,0

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 7

Componentes do efeito líquido da produção de couros e peles — 1995			
DISCRIMINAÇÃO	PESO (A)	TAXAS (B)	TAXAS PONDERADAS (A X B X 100)
Queda na venda de insumos	0,724	-0,19	-13,8
Aumento das exportações	0,206	0,23	4,7
Queda nos demais componentes	0,070	0,13	-0,9
Total	-	-	-10,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul – 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Minerais não-metálicos

O decréscimo de 15,3% contrasta com o crescimento de 4,1% do gênero em nível nacional. Também surpreende frente ao aumento de 21,3% nas vendas de material de construção no comércio (FEE, 1996a, p. 22), cujo varejo às famílias representa 21,7% da demanda total (Tabela 8).

Esse é um gênero fortemente dependente da construção civil (CC), insumidora de dois terços de sua produção, e da formação bruta de capital fixo (FBKF), que absorve 68,6% dos produtos da construção civil. No Estado, a construção civil apresentou taxa negativa de 1,3%, e os investimentos devem ter ficado em nível muito

baixo, com o produto apresentando -5,0%. O investimento público estadual baixou quase 30% (Meneghetti Neto, 1996, p. 82), o que também revela os gastos com infra-estrutura afetados pela crise no Governo.

A falta de uma política de crédito imobiliário, de saneamento e de urbanização, de um modo geral, também concorre para a baixa atividade de construção, bem como os investimentos privados, que, em sua composição, empregam dois terços dos recursos em construção civil. A significativa diferença de taxas — -15,3% no Rio Grande do Sul e 4,2% no Brasil — talvez esteja indicando um grande desnível no tratamento de suas infra-estruturas.

Tabela 8

Estrutura percentual da demanda de minerais não-metálicos no Rio Grande do Sul — 2003								
CÓDIGOS	RAMOS	CI	XI	XE	CF	FBKF	DF	DT
0501	Produtos minerais não-metálicos	62,6	7,2	8,5	21,7	-	37,4	100,00
3501	Produtos de construção civil	31,3	-	0,1	-	68,6	68,7	100,00

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Metalurgia e mecânica

A participação desses dois gêneros soma 32,8% da indústria de transformação gaúcha, o que, por si só, já mostra sua influência no conjunto, especialmente por suas elevadas taxas negativas, de 10,7% e 40,6% respectivamente. As mesmas indústrias, juntas, representam 18% da estrutura nacional, e suas taxas, ainda que negativas, foram bem mais suaves: -1,8% e -4,6% no que concerne ao primeiro e ao segundo, nesta ordem.

Esses dois gêneros são muito ligados um ao outro, pelos fortes vínculos de fornecimento de matéria-prima que a metalurgia tem estabelecido com a mecânica. Com

efeito, 56% de sua produção são destinados a insumos, e 44%, à demanda final sob a forma de exportações, em que 43% são para os mercados nacionais. Outrossim, do montante de matérias-primas vendidas, 75,6% alimentam os ramos 08 - outros produtos metalúrgicos, 09 - máquinas e tratores, 12 - automóveis, caminhões e outros e 13 - outros veículos e peças, além de 35 - construção civil. Esses cinco ramos representam 75,6% do total de sua venda de insumos. Os dois primeiros, porém, absorvem sozinhos 59,6%.

A mecânica, por seu turno, tem como características básicas ser constituída, em 84,3% de sua produção, por bens de demanda final, e, dentre esses, 76,2%

pertencerem ao ramo 0901 - fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos, pontificando os destinados à agricultura.

A queda da metalurgia pode ser entendida pela redução drástica da venda de seus insumos e/ou pelo retraimento dos mercados nacionais. A venda de insumos está ligada ao comportamento da mecânica (-40,6%) e ao retraimento dos mercados nacionais, para onde dirige todos os seus bens finais. O gênero mecânica, por seu turno, foi atingido pelo mesmo retraimento dos mercados nacionais e pela drástica queda nos investimentos basicamente agrícolas. Todos esses aspectos negativos refletem a direção da política econômica nacional, especialmente de juros, crédito e câmbio, muito sentida no Rio Grande do Sul pelo maior peso da agroindústria.

O ano de 1995 foi bastante adverso para a indústria de máquinas agrícolas automotrizes, pois a produção de 51,3 mil unidades em 1994, reduziu-se para 28,3 mil em 1995, ou seja, menos 45%. Note-se que esse ramo industrial já produzira 69.000 unidades em 1986. Sua taxa, em 1995, não foi ainda menor porque as exportações aumentaram 6% (FEE, 1996, p. 208). Se as exportações aumentaram 6%, o efeito da valorização cambial ganhou menor poder explicativo, ou, pelo menos, não estava só, pois a taxa de crescimento das exportações no período 1990-94 foi de 0,5% ao ano. Dois fatores concorreram para uma menor sensibilidade de certos bens a essa valorização. O primeiro diz respeito à defasagem de quatro a 19 meses no efeito de uma valorização, e o segundo, aos bens intensivos em escala, como são as máquinas automotrizes, inclusive mais inelásticas ao câmbio e possivelmente também aos juros (Nakabashi; Cruz; Scatolin, 2007, p. 15).

Madeira

A retração de 14,8% do gênero no Rio Grande do Sul acompanhou a *performance* de todos os estados do sul e de São Paulo, conforme declinado a seguir. No Paraná, decresceu -5,8; em Santa Catarina, -0,2; em São Paulo, -2,1; e no Brasil, -3,7. O que parece fora de propósito é o grau atingido no Estado. Para cercar a questão, procurou-se separar do agregado 14 - móveis e madeira, da MIP-2003 (Porsse, 2007), o que corresponderia apenas à indústria da madeira. Com todo o risco das hipóteses empregadas, chegar-se-ia ao apresentado na Tabela 9.

Da venda de insumos, 49% são para si mesmo e para a indústria de móveis, isto é, para o próprio agregado da MIP-2003 (Porsse, 2007), sob o código

14 - madeira e mobiliário. Se a divisão entre os dois gêneros seguir a mesma proporção de ambos na indústria de transformação — 61% para móveis e 39% para madeira —, chega-se a que 30% de seus insumos vendidos foram para uma indústria (móveis) que se expandiu à altíssima taxa de 24%. Pode-se aceitar, por isso, que essa parcela teve igual incremento. Os outros 19% foram para a indústria da madeira, decrescidos pelo menos de 14,8%. Outrossim, 21% dos insumos vendidos foram para a construção civil, que diminuiu 1,3%. Essas três incidências terminaram num crescimento de 4,1%.

Os restantes 30% da oferta de insumos têm destinos variados, tornando difícil precisar sua evolução, pois se distribuem por mais de 15 atividades. Justamente por essa diversidade, essa parcela de insumos tem poucas chances de ser muito alterada, o que desloca para os termos da demanda final a explicação da taxa negativa do ramo.

As variáveis que compõem a demanda final somavam 41% da produção. Para que sozinhas tenham reduzido 14,8%, seria preciso que sua retração ocorresse em 36%. As variáveis CF e FBKF compõem o mercado estadual. Como esse apresentava taxa negativa de 6% *per capita*, pode-se admitir uma sensível redução na demanda, porém não na grandeza de 36%. O mesmo pode ser dito sobre as exportações para os mercados estaduais, pois, embora os principais estados produtores tenham apresentado queda em sua produção, nada transparece para uma magnitude desse vulto.

É possível que a razão mais forte para essa retração resida nas exportações para os mercados nacionais, em que, num momento de dificuldade, a redistribuição de demandas entre os diversos ofertantes tenha ocasionado maior prejuízo ao produtor local, em função, talvez, de maior custo de transporte.

Tabela 9

Estrutura percentual da demanda de madeira no Rio Grande do Sul — 2003								
CÓDIGO	RAMO	CI	XI	XE	CF	FBKF	DF	DT
1401	Madeira	59	-	24	11	6	41	100,00

FONTE: PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Perfumaria

Esse ramo tem participação muito pequena na indústria total gaúcha — apenas 0,41% —, afetando quase nada seu comportamento no conjunto da própria indústria. Seu crescimento negativo de 7,2% contrasta com o do Brasil, que foi positivo em 5,3%. Em nível nacional, no período 1991-95, sua elasticidade em relação ao PIB foi de 0,806 e, em relação à indústria de transformação, registrou 0,879. No ano de 1995, contudo, seu crescimento no País foi maior do que a expansão do PIB, contrariando a elasticidade dos anos anteriores.

No Rio Grande do Sul, entre 1984 e 1995, sua posição relativa na indústria manteve-se praticamente a mesma — 0,40 e 0,41 — e evidencia uma elasticidade igual à unidade em relação à produção industrial. Com isso, o decréscimo registrado em 1995 estaria explicado, embora a inconveniente circularidade manifestada pela queda do ramo decorrente da queda na indústria e pela queda na indústria decorrente da queda no ramo.

Por outro lado, suas variáveis macroeconômicas constantes na MIP-2003 (Porsse, 2007) estão dispostas na Tabela 10.

Suas vendas dão-se nos mercados nacionais, se o percentual do agregado também for válido para perfumaria. Como o ramo nacional apresenta taxa positiva, e o PIB também se expandiu em 4,2%, a explicação para a queda local fica à margem dessas relações, pondo ênfase naturalmente em razões locais. O forte retraimento da renda sul-rio-grandense acolheria a explicação, contrariada, porém, pelo insignificante papel do mercado local (3,5%) em sua demanda. Como a matriz é de 2003 e o ano em exame é o de 1995, pode ser que uma diferente composição de demanda nesse ano esclareça a discrepância apontada. Aliás, é a única razão aceitável para o fato, o que poria em evidência sua única indução até então por forças locais e o acerto de seu ajuste mercadológico em se voltar para os mercados nacionais, como mostra a matriz de oito anos após.

Tabela 10

Estrutura percentual da demanda de perfumaria no Rio Grande do Sul — 2003								
CÓDIGO	RAMO	CI	XI	XE	CF	DF	DT	
2001	Produtos farmacêuticos e de perfumaria	1,0	0,3	95,2	3,5	99,0	100,0	

FONTE: PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Bebidas

Esse gênero apresentou uma taxa negativa de 1,1%, enquanto do País foi altamente positiva: 17,4%. Sua participação nas estruturas industriais correspondentes foi de 3,2% e 1,5% respectivamente. Sua composição de demanda é a apresentada na Tabela 11.

O destino de seus insumos é de 69% aos Serviços prestados às famílias (código 42), e aos mesmos vão também 33% de seus bens finais. Somando ambos, 51,5% da produção dependem do mesmo ponto de venda. Como 39% da produção são encaminhados aos mer-

cados nacionais, mais de 60% da mesma são absorvidos no próprio Estado.

Como o gênero nacional cresceu a uma alta taxa, e o próprio PIB brasileiro expandiu-se a 4,2%, as explicações para o comportamento estadual devem recair sobre causa própria. Considerando-se que o mercado local teve uma queda da renda *per capita* de 6,0%, sobre esse fato parece residir a regressão observada.

Tabela 11

Estrutura percentual da demanda de bebidas no Rio Grande do Sul — 2003								
CÓDIGO	RAMO	CI	XI	XE	CF	VE	DF	DT
3202	Bebidas							
	Demanda total	27	-	39,0	33,0	0,3	73,0	100,0
	Demanda final	-	-	53,9	45,6	0,4	100,0	-

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Têxtil

A origem e o destino da produção desse ramo têm a composição demonstrada na Tabela 12.

Apesar de ele ser constituído por cinco sub-ramos, dois deles representavam 84% da sua produção, os quais necessariamente respondem de forma preponderante pelo seu retraimento em 12,7%. O mesmo ramo brasileiro também registrou taxa negativa, porém bem mais baixa: 5,8%. Os dois sub-ramos principais — 2203 - fios têxteis artificiais e 2205 - outros produtos têxteis — também correspondiam a 78,4% da venda dos insumos, sendo

seus principais compradores a própria indústria têxtil (32,7%) e a indústria de artigos do vestuário (18,0%). Como ambas apresentam taxas negativas, já se tem a sua relação direta com a *performance* do ramo. Como as vendas para o exterior foram muito pequenas (8%), toda a carga da queda do setor situa-se, na política econômica de liberação do mercado para importações e nas restrições de juros e crédito. Mas, para o Rio Grande do Sul também deve ser lembrada a perda de renda *per capita* de 6%, talvez o fator responsável pela diferença da sua taxa em relação à do País.

Tabela 12

Estrutura percentual da demanda de têxtil no Rio Grande do Sul — 2003								
CÓDIGOS	RAMOS	CF	XI	XE	CF	DF	DT	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO GRUPO
2201	Fios têxteis naturais	67,0	7,2	25,8	-	33,0	100,0	7,0
2202	Tecidos naturais	45,0	-	55,0	-	55,0	100,0	1,4
2203	Fios têxteis artificiais	62,9	12,6	24,0	0,6	37,0	100,0	24,6
2204	Tecidos artificiais	66,0	0,9	25,5	7,5	34,0	100,0	7,6
2205	Outros produtos têxteis	36,7	7,3	31,7	24,2	63,3	100,0	59,4
	Total	47,6	8,0	29,2	15,1	52,4	100,0	100,0

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Resumo do ano de 1995

Os diversos fatores arrolados por ramo industrial que pareceram mais diretamente responsáveis pela *performance* negativa da indústria gaúcha em 1995 aparecem sintetizados no Quadro 1, no qual se pode conferir o escore de cada um.

A maioria desses fatores decorre da política econômica seguida pelo País, em que se destacam os juros altíssimos, a valorização cambial, a abertura comercial, a restrição creditícia e os baixos níveis de investimento público. Contudo, como já comentado, isso não explica os contrastes de comportamento entre o sis-

tema e um subsistema correspondente a 8% daquele, isto é, entre uma parcela em tudo condicionada e subordinada aos mesmos regramentos de condução, mas, ao mesmo tempo, com fatores autônomos, com capacidade de estabelecer rumos próprios, infelizmente, sempre negativos.

Nesse inventário de fatores, há alguns que são claramente de responsabilidade da política econômica seguida, e outros, atribuíveis às condições do Estado ou ao alcance de sua influência direta. Mas também há aqueles que, embora correspondam a um problema nacional, bem poderiam ser equacionados isoladamente por abordagem local. No primeiro grupo, situa-se os itens 1, 2, 3,

4, 5, 6, 9, 10 e 15; no segundo, os 13, 14 e 16; e, no terceiro, os 7, 8, 11 e 12 (Quadro 1). Por sua obviedade, dispensam comentários os itens do primeiro grupo. Aos do segundo, a cargo do Estado, cabem algumas observações.

No item 13 — queda na oferta de insumos —, no caso, relacionado à bovinocultura e ao fumo, foram condições operacionais locais particulares que levaram a essa menor oferta, em contraste com um quadro agropecuário normal. Quanto ao item 14, referente à deficiência da infra-estrutura estadual, embora essa responsabilidade possa ser compartilhada com a União, em face das condições gerais do País, não há como não admitir os baixíssimos níveis de investimento do Governo Estadual, o enfraquecimento de suas finanças e sua quase nula capacidade de endividamento como fortes limitadores de um desfrute superior e a custos menores de toda uma infra-estrutura superior à existente. Sobre a queda da renda *per capita* — item 16 —, ela prevalece para os ramos em que se destacam, em sua produção, bens de demanda final e com forte dependência do mercado estadual. Aqui, porém, ocorre uma circularidade incômoda, porque, se a queda na renda *per capita* é fruto da queda produtiva do gênero, a queda deste também é

provocada pela redução da renda, relação que só pode ser rompida pela atuação das variáveis autônomas do sistema.

Quanto aos itens de intervenção alternativa, eles guardam grande dependência da concepção de Estado de que se dispõe, do grau de articulação do mesmo com atores privados e com as demais instâncias de governo, especialmente com o Governo Federal, como também da própria capacidade instalada em suas esferas administrativas. Quando o que está em jogo é o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, sobretudo ao apresentar rompimento em momentos de ascendência da economia nacional, cabe uma visão muito pragmática a respeito, porque as restrições apresentadas são essencialmente de interesse local.

Do escore total de 40, couberam 23 ao primeiro grupo, oito ao segundo e nove ao terceiro, respectivamente, 58%, 20% e 22%. Embora a incidência maior recaia na política econômica posta em prática, cabe observar-se que os demais itens determinam a dessintonia que deve ser neutralizada, pois eles formam o conjunto de forças com poder de autonomizar o Estado dos momentos de prosperidade do País.

Quadro 1

Incidência de fatores responsáveis pelo desempenho negativo da indústria gaúcha — 1995

ORDEM	FATORES	ESCORE
1	Política cambial, desde 1994, com forte reflexo nos gêneros de grande vinculação ao mercado externo.	1
2	Baixos investimentos agrícolas decorrentes da taxa de juros e menor rentabilidade da agricultura.	2
3	Redução da receita das principais culturas: baixos preços e alto custo de financiamento.	2
4	Alta taxa de juros.	8
5	Abertura comercial.	3
6	Cancelamento de encomendas de máquinas e equipamentos devido à concorrência dos importados e à inadimplência da indústria compradora.	1
7	Falta de modernidade da maioria dos segmentos ligados à exportação.	1
8	Problemas na estrutura produtiva e na gestão da produção: aumento de produtividade, em 1991-94, de calçados 4,8%, e da indústria de transformação, 43,4%.	1
9	Queda nas exportações internacionais.	1
10	Queda nas exportações interestaduais.	4
11	Queda na venda de insumos.	4
12	Queda na demanda setorial mais expressiva.	3
13	Queda na oferta de insumos.	2
14	Deficiência na infra-estrutura do Estado: perda de competitividade das exportações (transporte, portos e energia).	1
15	Falta de política de crédito habitacional e redução dos investimentos públicos (construção civil).	1
16	Queda na renda <i>per capita</i> .	5
	Total	40

Ano de 2005

O ano de 2005 foi marcado por forte retração (-5,2%), quando todos os seus setores assinalaram taxas negativas, contrastando, como se vê na Tabela 13, com os seus correspondentes nacionais.

Tabela 13

Taxas de crescimento setoriais no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2005

SETORES	RS	BR
Agropecuária	-14,2	0,8
Indústria	-4,8	2,5
Serviços	-0,7	2,1
PIB	-5,2	2,3

FONTE: SCHETTERT, Maria Conceição. O desempenho da economia gaúcha em 2008. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 11, 2007. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

O Brasil vinha de um ano de 2004 bastante esperançoso, com uma taxa de crescimento de 4,9%, dando a impressão de poder sair das mediócras taxas médias de 2,2%, observada para o período 2001-04, e 1,9% nos últimos 23 anos (1981-04) (Conceição, 2006, p. 24). Na ausência de uma política econômica de desenvolvimento e não só de estabilidade, como a vigente, em que é notória a falta de cuidados com as inovações, com a infra-estrutura econômica, com ganhos de produtividade, com a proteção dos setores mais expostos a uma competitividade inalcançável, com níveis de investimento e, mais, com juros, crédito e câmbio compatíveis com as carências e as necessidades para a conformação de uma política de longo prazo, não parece surpreendente a queda representada pelos 2,6% de 2005.

A política contracionista imposta em 2005 ainda conseguiu produzir taxas positivas para todos os setores, embora bastante reduzidas. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o quadro foi negativo para todos, pondo em evidência uma clara dessintonia com a economia vigente. Essa dessintonia não foi só estimulada por diferenças estruturais entre o todo e a parte, ou pelo peso relativo da variável “exportações internacionais” num e outra, mas por diferenças qualitativas que marcam as autonomias em circunstâncias determinadas.

A grande seca que assolou o Estado e todo o sul do País atingiu fortemente o setor agropecuário que representa 16% do PIB sul-rio-grandense e 6% do PIB nacional. Contudo o sul mesmo afetado pela seca correspondeu a cerca de 35% da produção agropecuária, o que resultou em 2% da economia nacional, mas os drásticos efeitos climáticos no RS não foram igualmente sentidos em Santa Catarina e no Paraná, menos ainda no País, como revela sua taxa positiva de 0,8%. Naturalmente, uma oferta diminuída de produtos agropecuários afeta a economia como um todo, porém, no caso brasileiro, o menor crescimento do setor em 2005 parece muito mais consequência de uma política contracionista do que de condições naturais menos favoráveis. E as mesmas razões pelas quais ela pouco afetou o Brasil fizeram dela a maior responsável pela regressão geral da economia gaúcha. O claramente distinto no Rio Grande do Sul foram as condições naturais já adversas em 2004 e drasticamente perversas em 2005. Mesmo com as exportações para o exterior crescendo 5%, as perdas de um terço na tonelage de grãos — sendo 44% no feijão, 56% no milho e na soja — foram decisivas para o abalo geral da economia.

Se o Brasil perdeu 5,6% da safra (em toneladas), e o Rio Grande do Sul, 33,3%, fica evidente que o menor domínio sobre as forças da natureza é uma condição produtiva inteiramente diversa, com capacidade de propagação econômica e de interferência na economia de porte tal que configura, para o mesmo fenômeno, conotações qualitativamente distintas. Numa situação, a economia assimila suas consequências; noutra, muda sua trajetória, tornando o fenômeno determinante de tudo o mais. Nessas condições, a economia determinada — a gaúcha — autodetermina-se em relação à economia determinante — a brasileira —, e isso é tudo para sustentar a dessintonia indesejada.

A economia brasileira foi submetida, em 2005, a uma política econômica bastante restrita para o seu desenvolvimento, com a taxa de juros passando de 16,25% para 19,75%, entre setembro de 2004 e junho de 2005. O dólar, por seu turno, foi desvalorizado em 10,71% durante o ano, e o crédito, já bastante restrito, teve fraca expansão. Enquanto os países desenvolvidos (G-7) apresentaram uma relação crédito/PIB de 120%, e os emergentes do Sudeste Asiático, uma superior a 100%, no Brasil, chegou-se a 30% em outubro de 2005 (Moreira, 2006, p. 37). Essa política descompromissada com o desenvolvimento levou a que sete gêneros industriais registrassem queda em seus níveis de produção, embora o setor em seu conjunto ainda assinalasse taxa positiva de 2,5%.

O Rio Grande do Sul, porém, além de submetido a uma política contracionista, foi atingido por uma seca de grande alcance. Como a política contracionista ainda permitiu uma expansão da economia brasileira, mesmo modesta, não haveria por que ser muito distinta no Estado, mesmo considerando-se suas diferenças estruturais e suas composições por produtos com elasticidades-renda distintas. Se, por exemplo, se colocarem as taxas dos diversos gêneros industriais sul-rio-grandenses, com os pesos relativos de cada um, na estrutura nacional, o setor registraria uma taxa negativa de 1,1% em lugar dos -4,8% apresentados, o que põe em evidência o significado da sua diferença estrutural no resultado obtido.

Mas, por outro lado, se se colocarem as taxas nacionais na estrutura da economia gaúcha, haveria um crescimento de 0,54%, mostrando que não só a questão estrutural responde pelos resultados, mas, sim, e fundamentalmente, os comportamentos de cada gênero. Com esses artifícios metodológicos, também se mostra que a distinção entre a taxa gaúcha de -4,8% e a taxa nacional de 2,9% deriva essencialmente do ocorrido no seio de cada gênero industrial, porque as razões estruturais se minimizam nas incidências de taxas diferenciadas, o que, por seu turno, deixa aflorar razões locais com suas particularidades respectivas.

Mesmo sem se descer a essas particularidades, em nível global já se pode pôr em evidência a questão local dominando o quadro. O retraimento de 14,2% da oferta agrícola, por si só, já representa uma menor demanda de 2,3% na economia. Outrossim, a oferta de insumos primários representa 14,7% dos insumos gerais. A sua redução de 14,2% pode ter afetado a oferta em 2,1%, o que, mesmo considerando-se a possibilidade de substituição do suprimento local, não deixa de ter um impacto de curto prazo inevitável, ainda mais reforçada pela menor demanda.

A Tabela 14 permite a comparação entre as descontinuidades dos anos de 1995 e 2005, ao lado das *performances* nacionais em ambos, facilitando a identificação das diferenças mais gerais entre elas.

Embora as duas regressões gaúchas tenham a mesma taxa negativa — respectivamente, 5,0 e -5,2 —, apresentam uma diferença essencial, qual seja, a de que, no primeiro caso, apenas o setor industrial mostrou decréscimo, enquanto, em 2005, todos os setores registraram taxas negativas. Além desse particular, o Setor Terciário apresentou três componentes — comércio, transporte e intermediários financeiros — com taxas negativas bem expressivas, o que não ocorreu anteriormente. As quedas nesses três serviços, em função

de seu peso de 15,5% na estrutura produtiva, afetaram o PIB negativamente em 0,74%.

A política contracionista de 1995 foi menos acentuada no Brasil do que a do ano de 2005, inferência permitida por suas taxas de crescimento de 4,2% e de 2,3%. Todos os setores, em 1995, tiveram taxas positivas, apesar da modéstia da taxa industrial. No Rio Grande do Sul, apenas o setor secundário sofreu uma redução considerável com menos 9,2% na indústria de transformação.

Assim, embora de menores efeitos no Brasil, no Estado, a alta taxa negativa da indústria foi definitiva para o recuo tão acentuado da economia.

Por seu turno, ainda que com uma acentuada política contracionista nacional, e o Estado, submetido à mesma, sofrendo o grande desastre agrícola de uma seca devastadora, com a lavoura acusando uma taxa de -23,0%, a indústria de transformação gaúcha demonstrou uma queda equivalente à metade da do ano de 1995, o que não deixa de ser surpreendente.

Nas duas situações, 15 ramos industriais foram atingidos, dos quais cinco estiveram em ambas, mas exclusivamente quatro em 1995 e seis em 2005. As composições de demanda talvez façam luz sobre as diferenças desses três conjuntos, cujas ponderações de cada ramo serviram de base para pontuar as posições relativas de cada um de seus componentes em termos percentuais (Tabela 15).

O primeiro grupo perfaz 52% do total da indústria de transformação atingido, mostrando que mais da metade de seu valor foi alcançada pela crise e que seus ramos correspondentes foram os mais expostos às reduções. Além desses ramos atingidos nos dois anos, há um grupo adicional que só figura em 1995, perfazendo 9% do valor, e um outro que só aparece em 2005, alcançando um percentual de 39%. As taxas médias de decréscimo estão na Tabela 16.

As diferenças de taxas do Grupo A explicam, em boa parte, a maior queda da indústria em 1995. Como a abertura do grupo para o exterior é bem maior do que a dos demais e os níveis de exportação caíram bastante, isso deve ter contribuído para a taxa elevada de 1995. O Grupo B reforça essa hipótese, por também contar com um grau de abertura superior ao do Grupo C. A forte influência da mecânica e da metalúrgica no Grupo A, (40%) definiu, em grande medida, o quadro.

Os ramos que aparecem negativos nos dois anos já foram comentados anteriormente quanto à sua estrutura de demanda (Porsse, 2007), cabendo serem salientadas, agora, suas taxas e seus pesos estruturais, para

um maior entendimento de seus comportamentos. Os pesos relativos dos ramos do Grupo A na indústria de transformação foram de 47,1% e de 35,3%, respectivamente, para 1995 e 2005, demonstrando sua influência diferenciada nos resultados. Por sua vez, as taxas negativas foram, em média, de 24,8% e de 7,9% para os respectivos anos. Em resumo, o peso relativo dos ramos atingidos em 1995 foi 33% maior do que em 2005, e suas taxas também foram superiores em 214%. Se as taxas de 2005 fossem aplicadas na estrutura de 1995, o resultado seria de -5,25%; se as de 1995 fossem aplicadas na estrutura de 2005, obter-se-ia -6,30%. Ora, em ambos os casos, quando aplicados esses pesos na taxa efetiva de 1995, 11,67%, haveria um resíduo por conta do que permaneceu constante. No primeiro caso, foi a estrutura; no segundo, as taxas, o que permite designá-los de efeito-estrutura e efeito-taxas respectivamente. Com esses artifícios, é possível afirmar-se que as diferenças de resultados entre os gêneros que compõem o Grupo A são 54% devidas às variações de estrutura e 46% às variações das taxas. Como a estrutura é uma questão histórica e as taxas são uma questão conjuntural, é sobre estas que se deslocam as indagações sobre os resultados alcançados, especialmente pela alta participação de 46% nos mesmos (Tabela 17).

O gênero bebidas apresentou, em 2005, uma única novidade, qual seja, a queda na produção de uva de 12,2%, o que pode ter afetado parte de sua oferta. Seu desempenho negativo deve-se exclusivamente ao declínio da renda *per capita*.

O gênero calçados, pelas as mesmas razões de 1995 e pelas fortes diferenças de taxas — -9,6% e -5,2% —, além do declínio apresentado nos últimos anos, parece pôr em evidência que a crise agrícola de 2005 afetou o resultado pela queda da renda *per capita*, que, sem dúvida, contribuiu.

As taxas do fumo, bem mais acentuadas em 1995 do que em 2005, indicam causas sem relação com a crise primária, como ocorreu em 2005. Outrossim, como o mercado externo se expandiu mais em 2005 — 11,2% contra 7,2% em 1995 —, a sua mais alta taxa negativa colocou sobre os mercados nacionais — 41% da demanda — a origem de sua queda, pois também o gênero nacional registrou taxa negativa. Novamente, a perda de renda *per capita* no Rio Grande do Sul respondeu também pelo insucesso do gênero.

A regressão nos gêneros mecânica e metalúrgica está ligada diretamente à crise da lavoura, só que, em 1995, a queda de sua renda foi por efeito da evolução de preços, da taxa de câmbio e da abertura comercial, com impacto direto em sua renda, enquanto a de 2005 se

prende à crise climática que afetou o Estado, embora o forte recuo de 1995, sem crise climática, mostre que, mesmo sem a influência da natureza, as imposições de política econômica podem ser decisivas.

As taxas negativas dos gêneros que estiveram igualmente envolvidos nas crises dos anos em análise podem ter sua causação classificada em dois planos: o da política econômica nacional e o das debilidades locais em face da menor capacidade competitiva e por dependência maior do mercado estadual. Neste último caso, estão os ramos bebidas e calçados. Fumo pode ter sido afetado pelos dois planos, porque seu mercado externo não se encolheu, e os restantes 45% da demanda final não tiveram compartilhadas suas taxas negativas com todas as unidades da Federação. A queda na renda *per capita* influenciou, sem dúvida, sua demanda — 16% da DF.

Além desses cinco gêneros comuns na regressão dos dois anos, há mais seis que só se manifestaram em 2005 e com o alto percentual de 39% da DT dos 15 ramos envolvidos. Impõe-se, por isso, um exame individual dos mesmos para a identificação de sua natureza. É interessante observar-se que a crise de 2005, menos intensa na indústria, teve, contudo, maior abrangência, tendo em vista o número de ramos atingidos. Talvez seu baixo coeficiente de comércio exterior tenha influenciado o número maior de gêneros atingidos, por não contar o grupo com esse filtro importante para acolher parte do encolhimento da economia. Por outro lado, como também é o grupo com a maior participação dos mercados nacionais em sua DF (61,1%) ficou mais exposto à desaceleração da economia nacional.

Uma rápida inspeção nesses gêneros serve para confirmar, de modo individualizado, as hipóteses sobre seus comportamentos em 2005.

Borracha e plásticos teve queda de 7,2% no RS e de 1,2% no BR. É um forte produtor de insumos — 56,4% de sua produção. Sua demanda final está estruturada como segue: 9,7% em XI 84,5% em XE e 5,8% em CF. Sua produção é praticamente para os mercados nacionais. A diferença de taxas entre o ramo nacional e o local pode resumir-se à política econômica do País, em primeiro lugar, e à menor competitividade, em segundo, afetada também pela retração da renda *per capita* no Estado (Tabela 18).

Papel, celulose e artefatos apresentou uma taxa de -1,2% no RS e de 3,1% no BR. Seu desempenho depende essencialmente de XE e de CF. A primeira, pelo comportamento do ramo nacional, mostrou-se favorável, restando ao CF a responsabilidade pela queda, em face da renda *per capita* a menor (Tabela 19).

Mobiliário teve taxa de -11,3% no RS e de 0,5% no BR. As exportações cresceram 2,14%, os componentes estaduais CF e FBKF ressentiram-se da menor renda *per capita*, embora o pequeno crescimento nacional sugira alguma influência nas XE, quase a metade da DF (Tabela 20).

Outros produtos químicos obteve taxa de -5,8% no RS e de -1,3% no BR. As exportações cresceram 41,9%, o que, por si só, daria uma expansão no produto de 10%. Para que o resultado final chegasse a - 5,8, seria necessário que os componentes XE e CF tivessem decrescido em torno de 20,8%. De qualquer modo, só uma política fortemente contracionista provocaria tal resultado (Tabela 21).

Outros produtos metalúrgicos apresentou taxa de -0,5 no RS e de -0,2 no BR. Nesse gênero, tudo parece depender de XE. Contudo, em face da pequena taxa negativa observada, a influência da queda na renda *per capita* no RS pode estar presente (Tabela 22).

Automóveis, caminhões e ônibus teve taxa de -2,4% no RS de 6,8% no BR, sendo que suas exportações cresceram 34%. Como o ramo nacional foi positivo, a regressão recaiu sobre os componentes estaduais da demanda, talvez influenciados pela queda na renda *per capita* (Tabela 23).

Tabela 14

Taxas setoriais comparadas no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1995 e 2005

SETORES	(%)			
	1995		2005	
	RS	BR	RS	BR
Agropecuária	6,4	5,9	-14,2	0,8
Lavoura	4,8	7,0	-23,0	0,6
Produção animal	9,8	3,9	0,4	1,1
Indústria	-8,0	2,0	-4,8	2,5
Indústria de transformação	-9,2	1,6	-4,5	1,3
Serviços	3,2	5,7	-0,7	2,1
Comércio	6,6	2,4	-3,8	3,3
Transporte	-1,6	-0,5	-8,4	3,2
Intermediários financeiros	3,2	-4,8	-5,5	3,4
PIB	-5,0	4,2	-5,2	2,3

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 1996.
INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 4, 2006.
INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 4, 2007.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Tabela 15
Estrutura da demanda dos grupos de ramos atingidos nas crises, no Rio Grande do Sul — 1995 e 2005

a) Grupo A - ramos atingidos em 1995 e 2005								
CÓDIGOS	RAMOS	CI	XI	XE	CF	FBKF	DF	DT
3202	Bebidas	2,6	-	3,7	3,1	-	6,9	9,5
2401	Calçados e couros	5,7	12,9	10,0	2,5	-	25,7	31,4
2701	Fumo	5,7	6,8	3,7	2,0	-	12,7	18,4
901 e 902	Mecânica	5,3	4,0	13,0	-	10,7	28,1	33,4
601 e 602	Metalurgia	4,1	-	3,1	-	-	3,2	7,3
	Total	23,4	23,7	33,5	7,6	10,7	76,6	100,0
b) Grupo B - ramos atingidos somente em 1995								
CÓDIGOS	RAMOS	CI	XI	XE	CF	FBKF	DF	DT
0801	Minerais não-metálicos	17,3	2,0	2,3	6,0	-	10,3	27,6
1401	Madeira	11,3	7,6	7,4	8,6	4,1	27,7	39,0
2001	Perfumaria	-	-	7,0	0,3	-	7,4	7,4
2201 a 2205	Têxtil	12,5	2,1	7,5	3,9	-	13,5	26,0
	Total	41,1	11,7	24,2	18,8	4,2	58,9	100,0
c) Grupo C - ramos atingidos somente em 2005								
CÓDIGOS	RAMOS	CI	XI	XE	CF	FBKF	DF	DT
1601 e 2101	Produtos borracha e plásticos	10,7	0,8	7,0	0,5	-	8,3	19,0
1501	Papel e celulose	6,7	0,8	4,1	1,3	-	6,3	13,0
1401	Mobiliário	-	1,5	3,7	1,7	0,8	7,7	7,7
1903	Outros produtos químicos	10,6	1,8	4,3	1,2	-	7,4	18,0
0801	Outros produtos metálicos	9,9	0,9	6,5	0,5	0,1	8,1	18,0
1201	Automóveis e outros	0,1	1,7	12,3	7,0	3,0	24,2	24,3
	Total	38,0	7,5	37,9	12,2	3,9	62,0	100,0
	TOTAL GERAL (Grupo A + Grupo B + + Grupo C)	34,2	14,3	31,9	12,9	6,3	65,8	100,0

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 16
Taxas médias de decréscimos dos grupos de indústrias afetadas nas crises, no Rio Grande do Sul — 1995 e 2005

GRUPOS	DECRÉSCIMOS		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA INDÚSTRIA
	1995	2005	
Grupo A	-24,8	-7,9	52
Grupo B	-13,7	-	9
Grupo C	-	-1,5	39

FONTE: Tabela 15.

Tabela 17
Participação do peso estrutural dos gêneros do Grupo A na indústria de transformação e suas taxas de crescimento no Rio Grande do Sul — 1995 e 2005

Gêneros	1995		2005		PESOS <i>VERSUS</i> TAXAS	
	Pesos	Taxas	Pesos	Taxas	1995	2005
Bebidas	3,20	-1,1	2,69	-0,2	-0,04	-0,01
Calçados	8,31	-9,6	13,54	-5,2	-0,80	-0,70
Fumo	4,45	-13,8	7,49	-3,8	-0,61	-0,28
Mecânica	23,02	-40,6	9,03	-19,1	-9,35	-1,72
Metalúrgica	8,11	-10,7	2,56	-2,9	-0,87	-0,07
Total	47,09	-	35,31	-	-11,67	-2,78

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 1996.
INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 4, 2006.
INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 4, 2007.

Tabela 18
Estrutura percentual da demanda de borrachas e plásticos no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	CI	XI	XE	CF	DF	DT
16	Borrachas e plásticos						
	Demanda total	56,4	4,2	36,9	2,5	43,6	100,0
	Demanda final	-	9,7	84,5	5,8	100,0	-

FONTE: PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 19
Estrutura percentual da demanda de papel, celulose e artefatos no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	XI	XE	CF	DF
1501	Papel, celulose e artefatos	12,9	66,0	21,5	100,0

FONTE: PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 20
Estrutura percentual da demanda de mobiliário no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	XI	XE	CF	FBKE	DF
1401	Mobiliário	19,5	48,1	22,1	10,4	100,00

FONTE: PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 21

Estrutura percentual da demanda de outros produtos químicos no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	XI	XE	CF	DF
1903	Outros produtos químicos	24,4	58,9	16,7	100,0

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 22

Estrutura percentual da demanda de outros produtos metalúrgicos no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	XI	XE	CF	FBKF	DF
0801	Outros produtos metalúrgicos	10,7	80,2	6,8	1,4	100,0

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Tabela 23

Estrutura percentual da demanda de automóveis, caminhões e ônibus no Rio Grande do Sul — 2003

CÓDIGO	RAMO	XI	XE	CF	FBKF	DF
1201	Automóveis, caminhões e ônibus.....	7,1	51,1	29,0	12,6	100,0

FONTE: PORSSSE, Alexandre Alves (Coord.). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2003**. Porto Alegre: FEE, 2007.

Balanço geral

Na comparação entre os dois anos de dessintonia da economia do RS, há dois traços comuns: a política econômica menos favorável ao crescimento e uma considerável disfunção do setor agropecuário, com grande repercussão na economia como um todo por seu peso relativo maior do que o existente no País, o mesmo acontecendo com sua agroindústria e também por seu coeficiente de abertura com alta participação dos produtos primários. Porém há dois traços que não são comuns: o primeiro, e mais significativo, é que, na crise de 1995, só o setor industrial apresentou taxa negativa; o segundo é que, na crise de 2005, todos os setores mostraram taxas negativas. O que poderia ainda ser um diferencial entre os dois anos é o fato de a taxa negativa de 2005 ser apenas a metade da de 1995, em que pese a extraordinária perda da lavoura naquele ano.

A política econômica de 1995 deu resultados menos rigorosos, o que logo destaca o fator local como diferenciador. A comoção no setor agropecuário, contudo, apresenta um diferenciador fundamental, qual seja o de que o crescimento do produto foi acompanhado de

um constrangimento da renda em função dos preços, da liberação das importações, dos altos custos dos financiamentos e da conseqüente baixa rentabilidade do setor. A repercussão, assim, não se deu pelo seu fluxo de produção, mas por seu refluxo nas remunerações dos agentes, bloqueando suas compras, especialmente seus investimentos. Isso é notado claramente nos comportamentos da indústria mecânica (-40,6%) e da metalúrgica (- 10,7%), pela produção de insumos à primeira, indicadores dos níveis de investimento no setor e na economia como um todo. As diferenças de suas taxas negativas indicam o grau de resposta dado pelos agentes às condições impostas e, ao mesmo tempo, a repercussão direta nos níveis de demanda, todos com forte influência de consumo doméstico, quer de dependência local (9,3%), quer dos mercados nacionais (32,1%) de sua DF. A queda nos mercados nacionais também pode estar pondo à mostra um menor poder competitivo local.

Esse refluxo da renda não pode ser visto como de origem local, porque é decorrente das políticas econômicas nacionais, porém as condições em que o mesmo é operado e estendido à economia estadual dependem das interdependências estabelecidas em seu

seio. O maior coeficiente dos ramos atingidos em 1995 e em 2005 — e ainda com exportações crescentes de 3,1% e de 5,0% respectivamente — não teve força para neutralizar essas interdependências, porém contribuiu para a menor abrangência sobre a indústria. Já em 2005, com a contração considerável da lavoura, os seus efeitos ocorreram não só pelas suas menor renda e menor compra a montante como também pelos encadeamentos a jusante, conferindo maior extensão sobre os ramos industriais. Não houve, porém, maior intensidade de taxas, o que não deixa de ser curioso.

De todos esses fatos e relações, o que pode ser pensado como fator local a imprimir dessintonias como as comentadas e tão indesejáveis? Notoriamente, as estiagens, por suas influências diretas nas perdas agrícolas, em muitos anos. Na verdade, essa é uma questão prioritária e que justifica louvores ao Governo atual, por ter, pela primeira vez, colocado na pauta de suas políticas o problema da irrigação e por ter criado uma secretaria para sua administração específica. Porém, no Quadro A.1 do **Apêndice**, aparecem arrolados fatores que, trabalhados em nível local, poderiam minorar bastante as quebras observadas, dentre eles, são mencionados falta de modernidade da maioria dos segmentos ligados à exportação, deficiências na infra-estrutura (transportes, portos e energia), redução dos investimentos públicos e queda da renda *per capita*.

Uma diversificação do complexo metal-mecânico poderia diminuir os efeitos das crises agrícolas sobre a indústria e sobre a economia como um todo, constituindo-se, por isso, num ponto importante para estratégias futuras.

No exame de vários ramos, foi assinalada a menor renda *per capita* como concorrendo para sua taxa negativa. Ora, a menor renda é também o menor produto, incômoda causação circular que só encontra saída em algo que não depende nem de uma e nem de outro. Esse algo não é outra coisa do que as variáveis autônomas investimentos e exportações, concorrendo, para os primeiros, os gastos com infra-estrutura e pesquisa e, para os últimos, as linhas de pesquisa, o crédito e as concessões fiscais. Aqui deve ser lembrada uma respeitável conclusão de um estudo sobre gargalos da economia gaúcha, em que se assinala com grande robustez teórica e empírica que, na determinação da renda, as exportações participam com 60%, e os investimentos, com menos de 15% (Paiva, 2003, p. 29).

Evidentemente, transtornos nas condições de oferta independem do destino de seus bens, porém, quando esses mesmos transtornos podem ser diminuídos, fortalece-se a base com sua menor vulnerabilidade. E eles

podem ser diminuídos pelos efeitos diretos e indiretos que as exportações imprimem no contexto em que se inserem. Em outras palavras, a vantagem de se associar às exportações todo o empenho de superar as limitações que a economia gaúcha apresenta de forma própria está ligada ao dinamismo que elas podem gerar. Naturalmente, essa preferência se justifica quando as razões da dessintonia não se originam na política econômica do País, em que as exportações são menos favorecidas, como nos dias que correm. No grupo onde os ramos foram mais atingidos nos dois anos considerados, o grau de abertura era maior do que nos demais. Não obstante, quando a política econômica foi menos incidente no setor industrial (2005), as exportações cresceram mais, e a taxa industrial negativa foi menor.

É preciso considerar que de saberes e técnicas particulares se constituem os campos que acolhem as restrições apontadas sobre as dessintonias gaúchas. Mesmo que se superasse a questão das estiagens, as demais continuariam com menos visibilidade, mas sempre à espreita, para propagar e ampliar efeitos negativos de qualquer imprevisto. Esses campos são áreas especializadas institucionalmente, tendo em suas atividades o objeto-fim de sua existência. Parece conveniente que essas atividades se relacionem com as iniciativas voltadas aos mercados externos, de modo que mais rapidamente se superem as dessintonias que tanto têm prejudicado o Rio Grande do Sul.

A questão setorial

No processo de desenvolvimento, os diversos setores movem-se a velocidades distintas, mas todos movimentam-se por seus ganhos de produtividade e pela intensidade da acumulação de capital justificados pelos graus de demanda que lhes tocam a cada momento. Velocidades distintas respondem, assim, por suas posições relativas nas estruturas resultantes, tornando suas dominâncias sempre provisórias. Perder posição, contudo, não significa desaparecer, porque as demandas que lhe dão sustentação continuam refletindo necessidades que não se extinguem, embora com manifestações tangidas pelos modismos e pelas técnicas de cada instante.

O que pode surpreender, e muito, é quando, na observação de um determinado processo, como no caso do Rio Grande do Sul, se nota a inteira desestruturação de um setor que só não desaparece porque não disputa recursos com os demais e nem se sustenta por satisfação de demanda monetária. Seus recursos são compul-

sórios, e a produção de não-mercadorias, embora vinculada a necessidades fundamentais e não redutíveis, está sempre sujeita a conformidades políticas e a avaliações que vão do tudo ao quase nada, e isto porque, não passando pelas opções que o mercado de mercadorias permite, apenas se limita às variações qualitativas e quantitativas consentidas pela gratuidade.

O setor público estadual começou 2007 como já o fizera em anos anteriores, até bastante recuados, sem sequer poder pagar os fatores que operam em seu seio. Há mais de 30 anos com *déficits*, vem diminuindo sua oferta de não-mercadorias qualitativa e quantitativamente, indiferente às necessidades que dele dependem e às conseqüências que daí decorrem. O mais irônico desse quadro melancólico é que os agentes que passageiramente pilotam o setor se jactam das “contribuições” que vêm oferecendo ao desenvolvimento do Estado, numa cabal demonstração de inconsciência, de um lado, e do porquê da longa continuidade das correções não havidas.

Evidentemente, o setor público tem de viver com os recursos que a sociedade lhe oferece. Seus *déficits* apontam apenas as pretensões além disso e os arroubos dos que lhe “fazem mais”. Numa sociedade subdesenvolvida, as carências são demasiadas, desde as de infra-estrutura até as de cunho social, como educação, saúde, saneamento, habitação, etc. Seu atendimento, por isso, dá-se em forma de não-mercadorias, ou seja, através de bens e serviços sem contrapartida de remuneração, concedendo-lhes um alcance fora dos critérios de uma economia de mercado. O fato de a carga tributária ser crescente no processo de desenvolvimento já indica o quanto é necessário e exigido para enfrentar essas carências e a razão de a produção de não-mercadorias seguir mais rápida do que a das mercadorias. Seu ritmo, contudo, não pode ser maior do que o dos recursos transferidos, sob pena de se criarem disfunções que lhe terminam bloqueando sua funcionalidade e sacrificando seus fluxos, em outras palavras, tornando sua presença já não mais um complemento indispensável, mas um prejuízo sem apelação. É o quadro atual!

O primeiro problema a resolver é o da salvabilidade com todos os arranjos financeiros de curto prazo a serem mobilizados. Sobre isso, já existe uma considerável bateria de recursos técnicos, uns já aplicados e outros para serem testados, porém todos de conhecimento corrente e de uso universal. O que de imediato deve ser aplicado são técnicas modernas de gestão para que a alocação de recursos não continue sendo guiada por idiosincrasias irresponsáveis e aplicação de critérios econômicos na produção de bens e serviços.

É por demais evidente que a elasticidade-renda de vários de seus serviços é bem maior do que a sua entrada de recursos, o que só pode ser enfrentado com inovações cuja redução de custos lhes viabilize a continuidade. Como não se fez isso, a correção é realizada pela redução da qualidade e da quantidade da oferta — sem qualquer reação dos agentes, que fingem não perceber, até porque não trabalham por resultados — e pela sociedade sem consciência cidadã de direitos.

Como não se medem os malefícios sociais dessa situação, as coisas continuam sob os mais diversos invólucros. E como a sociedade também não pára por causa deles, a modernização imperiosa imposta ao setor privado pela concorrência continua apenas referência retórica na área pública. Nos fatores apontados como concorrendo às dessintonias sinalizadas na economia gaúcha (Quadro 1), aparecem alguns que claramente são afeitos a um setor público estadual moderno e dinâmico, com grandes benefícios para todos.

Assim como foi feito na irrigação, há o anúncio do Governo atual de modernizar o Estado com métodos de trabalho que o tirem do torpor em que se encontra. Está-se maduro para suportar as mudanças, oxalá haja a perseverança obstinada para realizá-las e o encontro necessário entre a percepção factual do momento e a conveniência histórica de absorvê-las. E que se siga assim, em rota nova!

Apêndice

Tabela A.1
Gêneros da indústria de transformação com taxas negativas no Rio Grande do Sul — 1995 e 2005

GÊNEROS	1995	2005
Minerais não-metálicos	-15,3	-
Bebidas	-1,1	-0,2
Borrachas e plásticos	-	-7,2
Calçados e couros	-	(1) -5,2
Celulose e papel	-	-1,2
Fumo	-13,8	-3,8
Máquinas e equipamentos	-	(2)-19,1
Metalurgia	-10,7	-2,9
Mobiliário	-	-11,3
Outros produtos químicos	-	-5,8
Produtos de metal	-	-0,5
Veículos automotrizes	-	-2,4
Mecânica	-40,6	-
Madeira	-14,8	-
Couros e peles	-14,2	-
Perfumaria	-7,2	-
Têxtil	-12,7	-
Vestuário e calçados	-9,6	-
Total	-9,2	-4,5

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 1996.
INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 4, 2006.
INDICADORES ECONÔMICOS FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 4, 2007.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
(1) Calçados e couros, em 2005, abrange os dados de couros e peles e vestuário e calçados. (2) Máquinas e equipamentos, em 2005, abrange os dados de mecânica.

Quadro A.1
Fatores da dessintonia, por gêneros da indústria de transformação, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1995
a) têxtil, vestuário calçados e artefatos de tecidos, fumo, minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica e madeira

ESPECIFICIDADES	TÊXTIL		VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS		FUMO		MINERAIS NÃO-METÁLICOS		METALURGIA		MECÂNICA		MADEIRA	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Taxas de crescimento (%)	-12,7	-5,8	-9,6	-7,2	-13,8	-5,1	-15,3	-4,1	-10,7	-1,8	-40,6	-4,6	-14,8	-3,4
Participação na indústria de transformação	2,2	2,5	8,5	2,7	4,6	1,3	2,1	3,1	8,4	11,8	24,4	6,4	1,4	0,1
Fatores causais														
1 - Política cambial desde 1994, com forte refluxo nos gêneros de grande vinculação ao mercado externo.			X											
2 - Baixos investimentos agrícolas, decorrentes da taxa de juros e da menor rentabilidade da agricultura.									X		X			
3 - Redução da receita das principais culturas: baixos preços e alto custo de financiamento.									X		X			
4 - Altas taxas de juros.	X		X				X		X		X		X	
5 - Abertura comercial.	X		X								X			
6 - Cancelamento das encomendas de máquinas e equipamentos devido à concorrência de importadores e inadimplência de compradores.											X			
7 - Falta de modernidade da maioria dos segmentos ligados à exportação.			X											
8 - Problemas na estrutura produtiva e na gestão da produção; aumento de produtividade 1991-94: calçados -4,8%; indústria de transformação 43,4%.			X											
9 - Queda nas exportações internacionais.			X											
10 - Queda nas exportações interestaduais.			X						X		X			
11 - Queda nas vendas de insumos.	X						X		X					
12 - Queda na demanda setorial mais expressiva							X		X		X			
13 - Queda na oferta de insumos.					X									
14 - Deficiência na infra-estrutura do Estado: perda de competitividade das XI (transporte, portos e energia).													X	
15 - Falta de uma política de crédito habitacional e redução dos investimentos públicos.							X							
16 - Queda na renda <i>per capita</i> .	X		X		X									

(continua)

Quadro A.1

Fatores da dessintonia, por gêneros da indústria de transformação, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1995

b) couros e peles, perfumaria, bebidas, subtotal, total da indústria de transformação e PIB

ESPECIFICIDADES	COUROS E PELES		PERFUMARIA		BEBIDAS		SUBTOTAL		TOTAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMAÇÃO		PIB	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Taxas de crescimento (%)	-14,2	-16,7	-7,2	-5,3	-1,1	17,2	-13,4	-8,7	-9,2	1,7	-5,0	4,2
Participação na indústria de transformação	2,3	0,4	0,4	1,2	3,2	1,7	57,5	(1)26,5	100,0	100,0	-	-
Fatores causais	ESCORE											
1 - Política cambial desde 1994, com forte refluxo nos gêneros de grande vinculação ao mercado externo.							1					
2 - Baixos investimentos agrícolas, decorrentes da taxa de juros e da menor rentabilidade da agricultura.							2					
3 - Redução da receita das principais culturas: baixos preços e alto custo de financiamento.							2					
4 - Altas taxas de juros.					X		8					
5 - Abertura comercial.							3					
6 - Cancelamento das encomendas de máquinas e equipamentos devido à concorrência de importadores e inadimplência de compradores.							1					
7 - Falta de modernidade da maioria dos segmentos ligados à exportação.							1					
8 - Problemas na estrutura produtiva e na gestão da produção; aumento de produtividade 1991-94: calçados -4,8%; indústria de transformação 43,4%.							1					
9 - Queda nas exportações-internacionais.							1					
10 - Queda nas exportações-interestaduais.	X				X		4					
11 - Queda nas vendas de insumos.	X						4					
12 - Queda na demanda setorial mais expressiva.							3					
13 - Queda na oferta de insumos.	X						2					
14 - Deficiência na infra-estrutura do Estado: perda de competitividade das XI (transporte, portos e energia).							1					
15 - Falta de uma política de crédito habitacional e redução dos investimentos públicos.							1					
16 - Queda na renda <i>per capita</i> .			X		X		5					

(1) Corresponde apenas a sete gênero dos citados que apresentam taxas negativas. O Brasil apresenta nove gêneros negativos, com peso de 41,7% em sua estrutura.

Referências

BELLO, Teresinha da Silva. O relacionamento do RS com o exterior. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 107-140, 1996.

CALANDRO, Maria Lucrécia. Indústria, desempenho no ano de 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 37-52, 1996.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. A economia brasileira e a política econômica em 2005: a renúncia ao crescimento em prol das metas de inflação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 23-30, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Anexo estatístico: indústria. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 208, 1996.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. Núcleo de Contas Regionais. O desempenho na ótica das contas regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 9-33, 1996a.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. O desempenho das finanças públicas estaduais em 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 71-85, 1996.

MOREIRA, Edison Marques. Política monetária: em 2005, Copom calibra taxa de juros Selic em busca da meta de inflação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 31-40, 2006.

NAKABASHI, Luciano; CRUZ, Márcio José Vargas; SCATOLIN, Fábio Dório. Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

PAIVA, Carlos Águedo. Estrutura e gargalos da economia gaúcha: uma análise a partir da MIP-RS/98 e da PIA-2000. **Ensaio FEE**, v. 24, n. 1, p. 5-48, 2003.

PORSSE, Alexandre Alves (Coord.). Matriz de Insumo Produto do Rio Grande do Sul — 2003. Porto Alegre: FEE, 2007.

RÜCKERT, Isabel Noemia Jungs; BORSATTO, Maria Luiza Blanco. Política fiscal: as dificuldades do ajuste. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 37-52, 1996.

SCHETTERT, Maria Conceição. O desempenho da economia gaúcha em 2008. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 7-22, 2007.

